

ACTA N.º 31/2012

-- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período de antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número trinta; 3) Principais alterações legislativas na área da educação; 4) Apresentação de relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, conforme ponto três do artigo quarto do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, de quinze de Janeiro; 5) Análise dos resultados obtidos pelos alunos do Concelho de Mafra, no ano lectivo dois mil e onze/ dois mil e doze, face à média nacional, em matéria de: Provas de Aferição de Língua Portuguesa e Matemática (quarto ano de escolaridade); Provas Finais de Língua Portuguesa e Matemática (sexto e nono anos de escolaridade); Exames Nacionais (décimo segundo ano de escolaridade); 6) Apresentação das áreas de intervenção da Câmara Municipal, no âmbito da Educação; 7) Parecer sobre o Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo dois mil e doze/ dois mil e treze; 8) Calendarização das restantes reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação, conforme o ponto um do artigo décimo oitavo do respectivo Regimento. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra e responsável pelo pelouro da Educação; a Doutora Cristina Loureiro, em substituição da Presidente da Assembleia Municipal de Mafra; a Doutora Zita Moreira, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT); a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; a Doutora Maria de Jesus Pires, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Graça Querido, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados; as Senhoras Elsa Costa e Elisabete Restolho, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; a Enfermeira Elisabete Capucho, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; a Doutora Cidália Soares, em representação dos Serviços da Segurança Social; e o Cabo Loureiro, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Senhor José Quintã, representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Senhora Alexandra Mota, em representação das Associações de Estudantes; a Doutora Idalina Botelho, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da Educação; e o Engenheiro Paulo Simões, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional. Assistiu à reunião a Doutora Paula Cordas, Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião quando passavam quarenta e

quatro minutos das nove horas, saudando os novos membros do Conselho Municipal de Educação. Seguidamente, introduziu o período de antes da ordem do dia. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Maria de Jesus Pires referiu que no dia catorze de Setembro, primeiro dia de aulas, foram entregues setenta e nove computadores no âmbito do Plano Tecnológico de Educação. Adiantou que continuam em falta os projectores de vídeo, os quadros interactivos e, ainda, alguns computadores para a área administrativa, não incluídos no referido Plano Tecnológico. Alertou para a situação de insegurança verificada no novo parque de estacionamento junto à Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos de Mafra, mencionando que num dos recantos do referido parque se assiste a uma afluência de jovens para, alegadamente, consumirem substâncias ilícitas, para além do que se verifica a acumulação de lixo no mesmo local. Acrescentou que já foram identificados três alunos na posse de substâncias ilegais e que, inclusivamente, alguns encarregados de educação já haviam tirado fotografias no local. Informou, ainda, que a equipa da "Escola Segura" já interveio, mas, como não se dispõe de vigilância, a situação é recorrente. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existem encarregados de educação que autorizam os seus educandos a sair da escola, expondo-os a situações menos desejáveis. -----

-- Interveio, seguidamente, o Doutor Agostinho Ribeiro, questionando se, no âmbito do regulamento da própria escola, não haveria a possibilidade de não se permitir que os alunos saiam para o exterior, durante o período de aulas, mas apenas no seu término. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires respondeu que essa regra existe e que os alunos só saem na hora de almoço e no intervalo grande de vinte minutos. Portanto, não se coloca a questão de entrar e sair a toda a hora. Relatou que, na situação em análise, se verifica que os alunos entram às dez horas, mas que já estão nesse recanto desde as oito horas. Por outro lado, alertou para a existência de alunos com problemas de saúde que estão dependentes dos docentes e dos assistentes operacionais, designadamente sete crianças insulino dependentes, não autónomas, que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Mafra. Solicitou que a DRELVT esclareça qual o procedimento nestes casos, já que os assistentes operacionais não são enfermeiros, nem técnicos de saúde, mas ministram insulina a estas crianças. -----

-- A Senhora Enfermeira Elisabete Capucho fez referência ao caso de uma criança com necessidade de algaliação e que, embora se esteja a trabalhar no sentido de se tornar autónoma, esta recusa ganhar essa independência. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires acrescentou que, tal como a criança se recusa a fazer os seus procedimentos médicos, também os assistentes operacionais o podem fazer. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este é um problema a resolver entre a DRELVT e o Centro de Saúde, solicitando à representante daquela Direcção Regional que transmitisse esta mensagem. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires frisou que os assistentes operacionais que estão a efectuar aquele acto médico são da responsabilidade da Autarquia. -----

-- A Senhora Enfermeira Elisabete Capucho disse existir uma directriz que refere que os

assistentes operacionais, a partir do momento que recebem formação, estão habilitados para assumir esta responsabilidade. -----

-- Interveio, seguidamente, o Senhor Cabo Loureiro, dando conhecimento de um caso de saúde mental que existe na Escola Básica Dr. Sanches de Brito - Mafra. Perguntou como é que se vai resolver esta questão, uma vez que não é opção os encarregados de educação das restantes crianças proibirem-nas de ir à escola. -----

-- A Doutora Paula Cordas acrescentou que, devido às grandes dificuldades de socialização da criança em questão, a mudança de escola não resolveu o problema. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires reportou-se à realização de uma consulta médica, tendo a escola sido informada de que esta criança estaria medicada, acrescentando que os pais se mostram preocupados e acompanham a criança. -----

-- A Doutora Paula Cordas disse temer que apenas se actue de uma forma mais enérgica quando acontecer algo mais grave. -----

-- A Educadora Graça Querido acrescentou que há um comprimido de SOS, mas que ninguém o consegue ministrar à criança.-----

-- De seguida, tomou a palavra a Senhora Elsa Costa, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, colocando três questões: a primeira, referente ao ponto de situação da colocação dos quadros interactivos nas escolas; a segunda, perguntando se as crianças que não têm piscinas nas suas escolas poderiam usufruir de um desconto de cinquenta por cento na mensalidade cobrada pela utilização destas instalações municipais; a terceira, questionando se é possível assegurar a abertura das bibliotecas escolares durante o período do almoço e nos intervalos, estando os encarregados de educação disponíveis para colaborar. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, pese embora a comparticipação através do Quadro de Referência Estratégico Nacional, a Autarquia tem de suportar sessenta por cento do custo com os quadros interactivos, pelo que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros para tal.

-- No que diz respeito ao funcionamento das bibliotecas escolares, tomou a palavra a Doutora Zita Moreira, dizendo que iria transmitir esta preocupação à respectiva coordenadora. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires acrescentou que existe a figura do professor bibliotecário. Contudo, neste momento são somente dois os existentes, pelo que vão rodando entre escolas. Desta forma, informou que a biblioteca não pode estar aberta todos os dias em todas as escolas. Aditou que, anteriormente, chegaram a existir cinco professores bibliotecários. -----

-- A Senhora Elsa Costa questionou se poderia ser analisada a colaboração dos pais, em regime de voluntariado, para solucionar este problema.-----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires respondeu que, para o efeito, terá que ser apresentado um projecto. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que o problema se coloca, com especial enfoque, na requisição e entrega de livros e não nas actividades, pelo que esta será uma questão mais facilmente solucionável. -----

-- A Doutora Cristina Loureiro, dando como exemplo a Escola Básica Professor João Dias Agudo – Póvoa da Galega, onde lecciona, disse que a biblioteca nunca está fechada, referindo que existem procedimentos para entrega de livros, nomeadamente a existência de um local para deposição dos mesmos. -----

-- Em resposta à segunda questão formulada pela Senhora Elsa Costa, a Doutora Paula Cordas deu nota da experiência da Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo, sendo que a natação, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, é desenvolvida nas Piscinas Municipais da Azueira, estando o transporte a cargo dos encarregados de educação. -----

-- A Senhora Elisabete Restolho informou que as Associações de Pais e Encarregados de Educação estão a pensar alargar essa ideia a outras escolas no próximo ano lectivo, pelo que a proposta seria, no imediato, que a Autarquia atribuísse um desconto na mensalidade para utilização das piscinas, sendo que as crianças depois iriam com os pais. -----

-- Nesta altura ausentou-se da sala o Doutor Agostinho Ribeiro. -----

-- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o funcionamento das piscinas já acarreta um elevado custo social, que a Autarquia suporta, pelo que teria de ponderar a proposta apresentada. Dirigindo-se à Doutora Margarida Branco, disse que a verba que o Ministério da Educação paga face à utilização das instalações do pavilhão do Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos (Mafra) pelos alunos da Escola Secundária José Saramago - Mafra não é suficiente para suportar as despesas de manutenção e os consumíveis. Considerou que a DRELVT deveria assegurar integralmente esses custos. -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu por terminado o período de antes da ordem do dia. Seguidamente, colocou à votação a acta número trinta, a qual foi aprovada por maioria com as abstenções da Doutora Cristina Loureiro, da Doutora Maria de Jesus Pires, da Educadora Graça Querido, das Senhoras Elsa Costa e Elisabete Restolho, da Enfermeira Elisabete Capucho, da Doutora Cidália Soares e do Cabo Loureiro. -----

-- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Zita Moreira, a qual efectuou a apresentação dos pontos dois e três da ordem de trabalhos, nos termos dos documentos que se anexam à presente acta com a designação de "ANEXO UM" e "ANEXO DOIS", respectivamente. -----

-- Entretanto, o Doutor Agostinho Ribeiro regressou à reunião. -----

-- O Presidente da Câmara Municipal de Mafra comentou que, em Portugal, se verifica uma produção excessiva e, por vezes, confusa de legislação em matéria de educação. -----

-- Terminada a discussão, o Conselho Municipal de Educação tomou conhecimento das principais alterações legislativas na área da educação e do relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo. -----

-- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Maria de Jesus Pires para apresentação do ponto número cinco da ordem de trabalhos, tendo esta entregue a documentação que se anexa à presente acta com a denominação de "ANEXO TRÊS". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez notar que a informação disponibilizada deve ser devidamente analisada e interpretada com vista à implementação de medidas que promovam o sucesso escolar. Lançou o repto aos Senhores Conselheiros para que, numa próxima reunião, efectuassem a apresentação da análise efectuada. -----

-- Ainda no âmbito do ponto cinco, tomou a palavra a Doutora Margarida Branco que teceu alguns comentários sobre os resultados obtidos no ensino secundário, nos termos do documento que se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO QUATRO". Mais disse que, neste momento, ainda não dispõe dos resultados dos alunos com necessidades educativas especiais. Por outro lado, informou que o funcionamento do Centro de Novas Oportunidades se encontra em *stand-by*, sendo que a legislação nesta matéria vai ser alterada. Referiu que existem mil e quinhentas pessoas inscritas e que trezentos adultos estão já em fase de reconhecimento de competências e que, nesta altura, não podem concluir porque não existem formadores afectos ao centro. Por último, deu nota de que a Escola Secundária José Saramago – Maфра tem, actualmente, turmas com trinta alunos e, inclusivamente, uma com trinta e dois alunos, pelo que foi necessário alterar o mobiliário das salas. Aditou que, entre trinta de Junho e vinte e um de Setembro, foram recepcionadas mais de cento e cinquenta matrículas, o que agudizou os problemas de funcionamento. Finalizou a sua intervenção, dizendo que mais de vinte professores foram dispensados da escola. -----

-- Face à situação descrita, relativamente à alteração do número de alunos por turma, o Senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o seu desagrado, porquanto as salas foram dimensionadas, assim como os próprios refeitórios e os recreios, tendo em conta determinada realidade e as perspectivas de crescimento da população escolar, o que inevitavelmente irá influenciar os processos de aprendizagem. Questionou se os cento e cinquenta alunos inscritos numa fase posterior são provenientes do Concelho de Maфра. -----

-- A Doutora Margarida Branco respondeu que a maior parte destes alunos são do Concelho de Maфра, pese embora existam alguns do Concelho de Sintra. -----

-- Finalizada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Paula Cordas, para efectuar a apresentação das áreas de intervenção da Câmara Municipal, no âmbito da Educação, nos termos do documento que se anexa a esta acta com a denominação de "ANEXO CINCO". -----

-- Interveio a Doutora Margarida Branco, mencionando que, em relação aos transportes escolares, neste ano lectivo, a situação foi muito complicada para a Câmara Municipal, para a escola e para os encarregados de educação, considerando a publicação tardia da legislação. Deu nota de que os serviços administrativos da sua escola atenderam mais de seiscentas pessoas por dia.---

-- Dirigindo-se à Doutora Margarida Branco, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é intenção da Autarquia proibir o estacionamento entre a portaria da Escola Secundária José Saramago e a Casa do Povo de Maфра, dada a necessidade de utilização deste espaço para largada de passageiros. -----

-- Terminada a discussão deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a

intervenção da Doutora Paula Cordas para efectuar a apresentação do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo dois mil e doze/ dois mil e treze. -----

-- A Doutora Paula Cordas aditou que o número de alunos transportados é, nesta altura, ainda provisório. Explicou que, neste plano, são identificados os pontos de recolha e de entrega dos alunos, os quais, no caso dos circuitos especiais, têm sido escrutinados ao longo dos anos, privilegiando-se os locais mais abrangentes e mais seguros. -----

-- A Doutora Margarida Branco fez referência ao caso específico dos alunos com necessidades educativas especiais, os quais, no ano lectivo passado, eram transportados pela Associação para a Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas do Concelho de Mafra (APERCIM) e que neste ano lhes terá sido dito, da parte do Ministério da Educação, que tal seria responsabilidade da Câmara Municipal.-----

-- A Doutora Paula Cordas acrescentou que a legislação terá sido alterada e que agora envolve o desenvolvimento de concursos. Acrescentou que o procedimento é desenvolvido pelas escolas e financiado pelo Ministério da Educação. -----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires informou que, da DRELVT, lhe haviam dito que deveriam desenvolver procedimento concursal. Mais informou que a Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação e a APERCIM manifestaram disponibilidade, enquanto que os Bombeiros Voluntários de Mafra disseram não ter condições de concorrer. -----

-- A Doutora Paula Cordas lançou o repto para que o concurso possa ser conjunto entre as Escolas Básicas do Segundo e Terceiro Ciclos e a Escola Secundária.-----

-- A Doutora Maria de Jesus Pires questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os congestionamentos de trânsito verificados na envolvente da Escola Básica Hélia Correia - Mafra.

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que estes congestionamentos se agudizam face ao elevado número de viaturas que, à mesma hora, se dirigem à escola, além do que não há, efectivamente, capacidade de estacionamento para tão grande número de veículos. Acrescentou que é intenção da Autarquia disciplinar a circulação automóvel no que se refere às carrinhas de transporte de crianças. -----

-- Finalizadas as intervenções sobre este assunto, o Conselho Municipal de Educação deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável ao Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo dois mil e doze/ dois mil e treze. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o último ponto da ordem de trabalhos, propondo o seguinte calendário para as restantes reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação: seis de Dezembro, sete de Março e onze de Julho. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-- Por último, a Senhora Elsa Costa procedeu à entrega de um documento elaborado pelas Associações de Pais e Encarregados de Educação, o qual compila as necessidades de intervenção nas escolas. -----

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam dez minutos das doze horas, da qual, para constar, se lavrou esta acta.